

# PANORAMA DA EDUCAÇÃO

## Destaques do *Education* *at a Glance* 2017

DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS  
EDUCACIONAIS  
DEED

**INEP**

MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | MEC

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS  
EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA | INEP

DIRETORIA DE ESTUDOS EDUCACIONAIS | DIRE



**PANORAMA  
DA EDUCAÇÃO**  
**Destaques do *Education*  
*at a Glance* 2017**

BRASÍLIA-DF  
SETEMBRO/2017





## RESUMO

<b>CAPÍTULO A: Os resultados educacionais e o impacto da aprendizagem.....</b>	<b>7</b>
Nível educacional da população adulta.....	7
Vantagens de renda e escolarização.....	8
Resultados sociais relacionados à educação .....	9
<b>CAPÍTULO B: Recursos humanos e financeiros investidos em educação.....</b>	<b>11</b>
Investimento em educação, por nível educacional .....	11
Mudanças no investimento em educação entre 2005 e 2014 .....	11
Nível geral dos recursos públicos investidos em educação .....	12
<b>CAPÍTULO C: Acesso à educação, participação e progressão .....</b>	<b>15</b>
Acesso à educação .....	15
Educação Infantil .....	17
Mobilidade estudantil na educação superior.....	18
<b>CAPÍTULO D: O ambiente de aprendizado e organização escolar.....</b>	<b>21</b>
Tempo médio das turmas .....	21
Salário dos Professores .....	21
Tempo de ensino dos docentes .....	22





O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), por meio do *Panorama da Educação*, apresenta e comenta os destaques da publicação anual *Education at a Glance 2017* da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com dados do Brasil e de mais 40 países.

A referida publicação tem como objetivo oferecer uma visão geral dos sistemas educacionais desses países e possibilitar a comparação internacional.

Seguindo o mesmo formato do relatório da OCDE, ao longo de quatro capítulos, o *Panorama da Educação* reúne alguns destaques do Brasil em perspectiva comparada: o capítulo A trata de escolarização; o capítulo B traz informações sobre investimento; o capítulo C apresenta dados sobre participação e o, por fim, capítulo D discorre sobre o ambiente escolar.

A maioria dos dados educacionais aqui discutidos são referentes ao ano de 2015 (para alguns países da OCDE, 2016) e os dados financeiros são relativos a 2014.

A publicação *Education at a Glance 2017*, assim como os quadros e as tabelas podem ser obtidos no seguinte endereço da internet: [www.oecd.org/edu/eag.htm](http://www.oecd.org/edu/eag.htm)





# CAPÍTULO A

## Os resultados educacionais e o impacto da aprendizagem



### NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO ADULTA

---

A proporção de adultos de 25 a 34 anos de idade não concluintes do ensino médio é próxima de 40% no Brasil. A Costa Rica, o México e a África do Sul apresentam percentuais em torno de 50% e a China e Indonésia por volta de 60%. Nas décadas recentes, na maioria dos países membros e parceiros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a parcela dos jovens adultos não concluintes do ensino médio declinou, alcançando a média de 16%.

O percentual de adultos de 25 a 64 anos de idade não concluintes dos anos iniciais do ensino fundamental é de 17% no Brasil, 13% na Costa Rica, 14% no México e 15% na África do Sul. Enquanto que os países da OCDE apresentam 5% ou menos de taxa de adultos não concluintes dessa etapa de ensino.

Alguns países membros e parceiros da OCDE possuem uma grande parcela de população adulta de 25 a 64 anos de idade com somente os anos finais do ensino fundamental completos. Enquanto que no Brasil esta taxa é de 20%, alguns países apresentam percentuais maiores, entre eles, China (25%), Costa Rica (29%), Indonésia (45%), Portugal (30%), Arábia Saudita (24%) e Turquia (43%). Em média, os países da OCDE apresentam 6% de taxa de adultos com somente essa etapa de ensino completa.

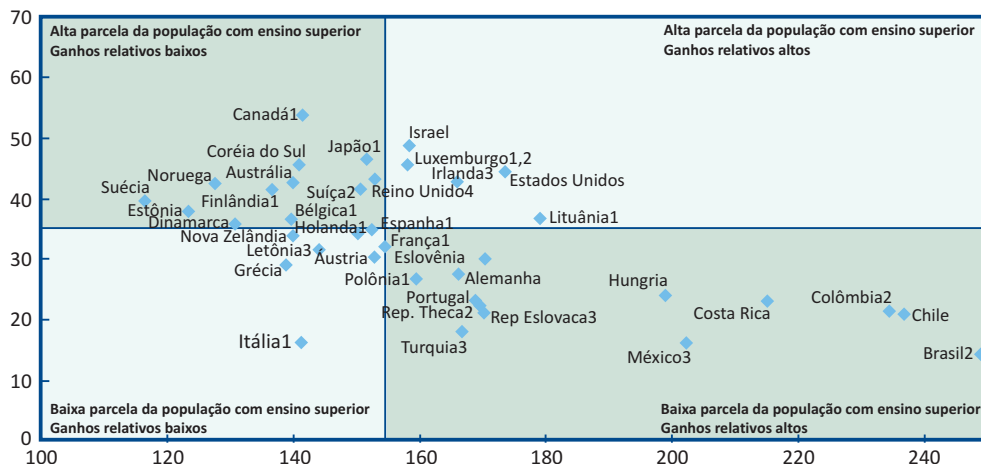
O Brasil apresenta proporção de 17% dos jovens adultos (25 a 34 anos de idade) com ensino superior completo, enquanto no Chile, Colômbia e Costa Rica é próximo de 30%. Para os países da OCDE, a média da parcela de jovens que possui o ensino superior é de 43%, alcançando mais que 50% em alguns países: Canadá (61%), Irlanda (52%), Japão (60%), Coreia do Sul (70%), Lituânia (55%) e Rússia (60%).

## VANTAGENS DE RENDA E ESCOLARIZAÇÃO

O Brasil juntamente com Chile, Colômbia, Luxemburgo, República da Eslováquia e Estados Unidos possuem as maiores desvantagens de renda para os adultos (24 a 64 anos de idade) com ensino médio incompleto, eles têm mais 20% de diferença no recebimento de renda em comparação com os que possuem conclusão do ensino médio. No Brasil, esses recebem na média 38% a menos nos trabalhos de tempo integral. Por outro lado, na Finlândia os adultos com ensino médio incompleto e aqueles com ensino médio completo têm rendas similares e as diferenças de rendas são 15% ou menos no Canadá, Estônia, Lituânia, Nova Zelândia e Suécia.

As vantagens de renda para os adultos com ensino superior completo são maiores no Brasil, bem como no Chile, na Colômbia, na Costa Rica, na Hungria e no México, alcançando na média pelo menos o dobro quando comparado com adultos que possuem ensino médio completo. Por outro lado, Dinamarca, Estônia, Noruega e Suécia apresentam vantagens de renda menores, em torno de 25% a 30%. De acordo com EAG 2017, as vantagens de renda dos trabalhadores com ensino superior estão associadas à proporção de adultos (25 a 64 anos de idade) com essa qualificação na população. Em países que possuem pequena proporção de pessoas com ensino superior completo, as vantagens de renda dos trabalhadores de nível superior são maiores, como ocorre no Brasil, no Chile, na Colômbia, na Hungria e no México. Enquanto nos países com grande parcela da população com ensino superior completo, as vantagens são menores, como por exemplo, na Noruega e na Suécia.

**População com ensino superior (%)**



**GRÁFICO 1** Ganhos relativos de trabalhadores com ensino superior e sua parcela da população (2015)

Nota: Ensino superior inclui cursos sequenciais, tecnológicos, bacharelado, mestrado e doutorado e equivalentes.

1. Ano de referência difere de 2015. Consulte a tabela de fontes para detalhes.
2. Índice 100 refere-se à combinação dos níveis ISCEDs 3 e 4 do ISCED 2011.
3. Ganho líquido do imposto de renda.
4. Dados para o atendimento no ensino médio incluem conclusão de um volume suficiente e padrão de programas que poderiam ser classificados individualmente como conclusão de programas intermediários do ensino médio (17% dos adultos está nesse grupo).

Fonte: OCDE (2017). Tabela A6.1. Consulte a seção de Fontes para mais informações e Anexo 3 para notas (<http://www.oecd.org/education/education-at-a-glance-19991487.htm>).


A parcela de adultos (25 a 64 anos de idade) com ensino superior que recebem mais que duas vezes a média de renda é maior no Brasil (60%), Chile (50%), Costa Rica (51%) e México (51%). Nestes países, a parcela de adultos de nível superior com rendas abaixo da média é muito menor que a média dos países da OCDE .

## RESULTADOS SOCIAIS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO

---

Segundo EAG 2017, economias que possuem melhor educação e oportunidades de mercado de trabalho estão associadas com menores taxas de crimes violentos. A parcela da população (25 a 64 anos de idade) que relatou que foram roubados e assaltados nos 12 meses anteriores à pesquisa foi mais alto em países com baixo nível educacional, como Brasil (7%), Chile (6%), Colômbia (10%), Costa Rica (6%), México (8%) e África do Sul (17%). Por outro lado, com proporção de 1%, países como Canadá, Coréia do Sul, Noruega e Suíça possuem as menores taxas de relatos desses crimes .





## **CAPÍTULO B**

### **Recursos humanos e financeiros investidos em educação**

#### **INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO, POR NÍVEL EDUCACIONAL**

---

Em todos os países membros e países parceiros da OCDE com dados disponíveis, a parcela dos recursos nacionais dedicados às instituições educacionais nos ensinos fundamental e médio é muito maior que a parcela dedicada ao ensino superior. De fato, mais de dois terços, em média, do investimento em educação nos países da OCDE são dedicados ao ensino básico (excluindo a educação infantil) e quase um terço ao ensino superior.

A parcela dos recursos dedicados às instituições educacionais nos ensinos fundamental e médio excede 50% dos gastos educacionais em todos os países, sendo que na Argentina, Bélgica, Brasil, Islândia, Indonésia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal e Eslovênia ultrapassa os 75%. Em relação ao percentual do PIB, a Dinamarca, a Islândia e o Reino Unido gastam a maior participação nos ensinos fundamental e médio, pelo menos 4,7% do PIB (no Brasil, o percentual de representação do investimento público em educação como percentual do PIB é de 4,1%), enquanto na República Tcheca, Indonésia, Lituânia, Federação Russa e República Eslovaca, as despesas nesses níveis representam menos de 2,8% do PIB.

#### **MUDANÇAS NO INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO ENTRE 2005 E 2014**

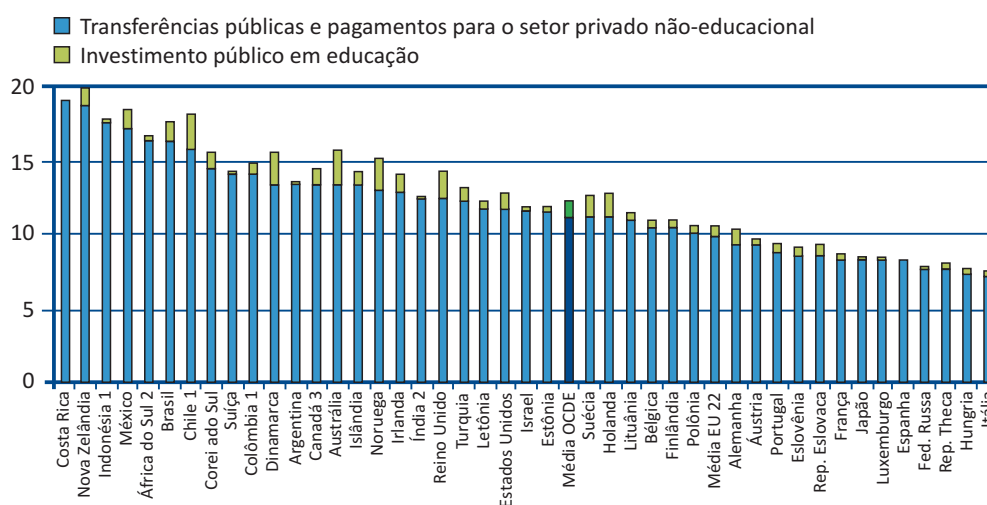
---

Combinando todos os níveis educacionais, do ensino fundamental até o superior, os gastos médios nas instituições educacionais como percentual do PIB em países da OCDE aumentaram

cerca de 0,2 pontos percentuais entre 2005 e 2014. Durante o mesmo período de tempo, países como o Brasil, Portugal e a Federação Russa mostraram os maiores aumentos nos investimentos como percentual do PIB. Isso foi resultado de um incremento dos investimentos, e não na diminuição do PIB. Brasil e Portugal adicionaram cerca de 1 ponto percentual de suas ações do PIB investido em instituições educacionais, enquanto a Federação Russa adicionou 0,8 pontos percentuais. Na OCDE, em média, o aumento foi de 0,1 pontos percentuais, embora a Estônia tenha aumentado 0,8 pontos percentuais.

## NÍVEL GERAL DOS RECURSOS PÚBLICOS INVESTIDOS EM EDUCAÇÃO

Em 2014, nos países da OCDE, a participação do investimento público total desde o ensino fundamental até o superior no total dos gastos públicos em todos os serviços foi, em média, de 11,3%, variando entre os países, de menos de 8% na República Tcheca, Hungria, Itália e Federação Russa para pelo menos 16% no Brasil, Costa Rica, Indonésia, México, Nova Zelândia e África do Sul (Gráfico 1).



**GRÁFICO 2** Composição do investimento público total em educação como percentual do gasto público total (2014)

1. Ano de referência 2015.
2. Ano de referência 2013.
3. Inclui pré-escola.


*Os países estão ranqueados em ordem decrescente de investimento público total em educação desde o ensino fundamental até o superior como percentual do gasto público total.*

Fonte: OCDE/UIS/Eurostat (2017), Tabela B4.1. Consulte a seção de Fontes para mais informações e Anexo 3 para notas ([www.oecd.org/education/educationat-a-glance-19991487.htm](http://www.oecd.org/education/educationat-a-glance-19991487.htm)).

Existe uma variação significativa nos países de como os gastos atuais são alocados nos níveis educacionais. Brasil e a Colômbia são os únicos países a reportar uma maior parcela dos seus investimentos atuais atribuídos à remuneração do pessoal no ensino superior do que em qualquer outro nível. Além disso, a Islândia atribui partes iguais à remuneração do pessoal (73%) nos anos iniciais do ensino fundamental e no ensino superior e a França dedica entre 80% e 81% no seu sistema educacional como um todo. Para todos os outros países, o ensino superior recebe a menor participação no total de gastos correntes atribuídos à remuneração do pessoal nesse nível. Na Indonésia, Itália e Japão, as diferenças entre categorias excedem 20 pontos percentuais.







## CAPÍTULO C

### Acesso à educação, participação e progressão

#### ACESSO À EDUCAÇÃO

---

Em cerca de metade dos países da OCDE, com dados disponíveis no EAG 2017, a taxa de matrícula em 2015 excede 90% para crianças de 3 e 4 anos. Dinamarca, Islândia e Noruega alcançam altas taxas de matrícula em idades ainda mais precoces, com cobertura acima de 90% para a população com dois anos de idade. No Brasil, apenas 37% das crianças de 2 anos e 60% de 3 anos de idade estão matriculados na educação infantil, abaixo das respectivas médias da OCDE, 39% e 78%.

As taxas de matrícula da população de 5 a 14 anos de idade, em quase todos os países membros e parceiros da OCDE, são superiores a 95%, o que representa uma cobertura universal da educação básica, com exceção da Estônia (73%), República Eslovaca (93%), Índia<sup>1</sup> (83%), Arábia Saudita (93%) e Colômbia (90%).

Com base nos dados de 2015, as taxas de matrícula entre os jovens de 15 e 16 anos, atingiram pelo menos 95% em média nos países da OCDE, em programas equivalentes aos anos finais do ensino fundamental ou ensino médio. No Brasil, 88% dos jovens de 15 anos e 83% dos jovens de 16 anos estão matriculados nessas etapas de ensino.

#### **Educação Obrigatória**

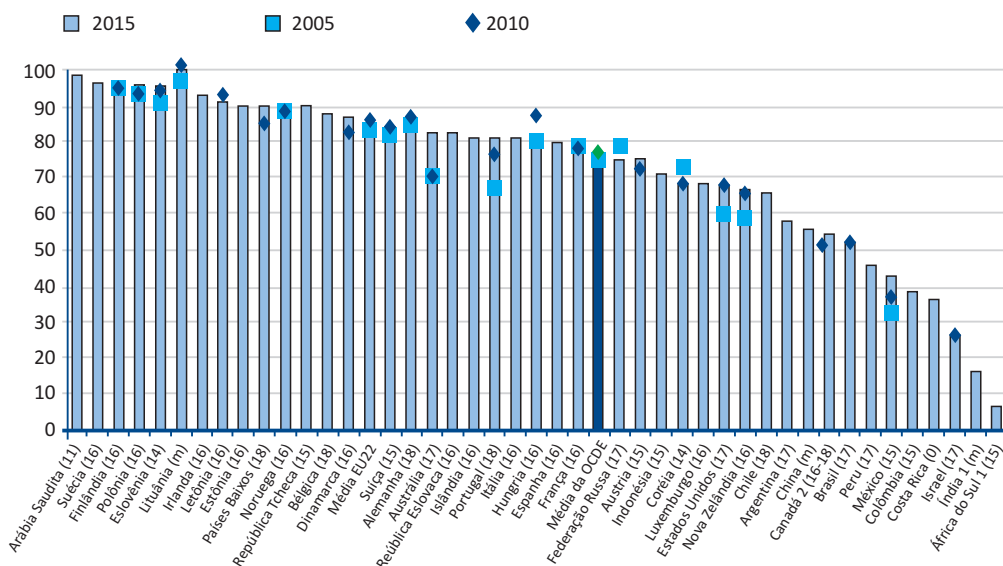
Na maioria dos países da OCDE, a idade obrigatória da educação começa aos 6 anos e termina aos 16 ou 17 de idade. A idade típica para o início do ensino obrigatório varia de 4 anos no Brasil, Luxemburgo e México até 7 anos na Estônia, Finlândia, Indonésia, Federação Russa, África do Sul e Suécia. No Reino Unido, a idade inicial varia entre 4 e 5 anos, e nos Estados Unidos entre 4 e 6 anos.

<sup>1</sup> Dados de 2014

Na média OCDE, 92% dos jovens de 17 anos de idade estão matriculados nos anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou superior, chegando a 100% na Irlanda, na Eslovênia e no Reino Unido. Em contrapartida, menos de 80% dos jovens de 17 anos estão matriculados nessas etapas de ensino no Canadá e na Turquia. No Brasil esta taxa é de 72% e no México 59%.

As taxas de matrícula começam a cair significativamente aos 18 anos de idade, que no geral coincide com o fim do ensino médio. Em média, nos países da OCDE, 75% dos indivíduos de 18 anos de idade estão matriculados nos anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou superior. No Brasil, a partir dos 18 anos de idade, menos da metade da população está matriculada no ensino fundamental, médio ou superior. Apesar de 50% da população de 25 a 64 anos no Brasil não atingir o ensino médio, mais do dobro da média da OCDE de 22%, houve um progresso notável no acesso à educação no país, visto que entre a geração mais jovem (25 a 34 anos), a participação com pelo menos o ensino médio aumentou de 53% em 2010 para 64% em 2015.

Embora a maioria dos países da OCDE e países parceiros apresentem um aumento da matrícula dos jovens de 18 anos entre 2005 e 2015, o Brasil apresentou uma queda de 2010 para 2015, na taxa de matrícula desta população, de 2 pontos percentuais. Hungria, Lituânia, Alemanha e Letônia também apresentaram queda no período de 8 p.p., 5 p.p., 4 p.p. e 3 p.p. respectivamente. Portugal apresentou o maior aumento de 2005 para 2015, de 15 pontos percentuais.



**GRÁFICO 3** Taxas de matrícula da população de 18 anos de idade nos anos finais do ensino fundamental, ensino médio e superior (2005, 2010 e 2015)

Notas: O número no parêntese corresponde a idade teórica final da educação obrigatória.

1. Ano de referência 2014

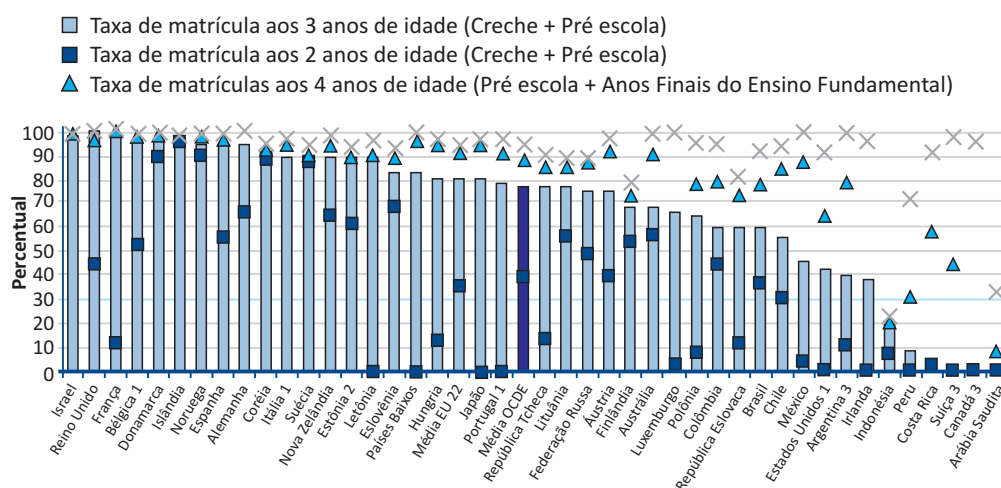
Fonte: OCDE (2017) Education at a Glance

## EDUCAÇÃO INFANTIL

O Programa Internacional de Avaliação de Estudante (PISA) mostra que o desempenho dos estudantes de 15 anos tende a ser melhor nos sistemas escolares com educação infantil de maior duração. Segundo PISA 2015, o desempenho dos estudantes que relataram cursar educação infantil em pelo menos dois ou três anos, é melhor do que aqueles que cursaram entre um e dois anos, mesmo depois de controlar o status socioeconômico do estudante.

Entre os países da OCDE que fazem parte da União Europeia, 90% da população com quatro anos de idade está matriculada na pré-escola ou nos anos iniciais do ensino fundamental. A matrícula da maioria dos países da OCDE, nesta idade, corresponde a 98% ou mais na pré-escola, e, é inferior a 50% na Grécia, Suíça e Turquia. Já a matrícula nos programas equivalentes à creche, a média dos países da OCDE é de 39% para a idade dois anos, enquanto para crianças de três anos é 78%. As maiores taxas de matrícula de crianças de três anos na educação infantil são encontradas na Dinamarca, França, Islândia, Israel, Noruega, Espanha e Reino Unido, superiores a 96%.

Ao longo da última década, muitos países expandiram o atendimento na educação infantil, aumentando a extensão da educação obrigatória para idades menores e criando programas que integram os cuidados da infância com o ensino formal. No Brasil, a idade inicial do ensino obrigatório passou de 6 para 4 anos em 2013, e em 2015, 79% das crianças de 4 anos estavam matriculadas, porém, abaixo da média da OCDE de 87% e abaixo de outros países da América Latina, como Chile (86%), México (89%), Argentina (81%).



**GRÁFICO 4** Taxa de Matrícula de 2 a 5 anos de idade na Creche, Pré-Escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental - 2015

Notas:

1. Inclui apenas educação pré-escolar com idades de 2 e 3 anos.
2. Inclui programas de desenvolvimento da primeira infância com idades de 4 e 5 (Creche).
3. Ano de referência 2014.

Fonte: OCDE (2017) Education at a Glance

Na maioria dos países, as proporções de crianças matriculadas em instituições privadas na educação infantil são consideravelmente maiores do que no ensino fundamental e médio. Para pouco mais de metade dos países, pelo menos 50% das crianças estão matriculadas em instituições privadas (independentes ou dependentes). Na média dos países da OCDE, 33% das crianças na pré-escola estão matriculados em instituições privadas (Gráfico C2). No Brasil 25% dessas matrículas são de instituições privadas.

## MOBILIDADE ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

---

Os estudantes internacionais representam apenas 5,6% da matrícula total em programas de ensino superior nos países da OCDE, no entanto, correspondem a mais de um quarto das matrículas no nível de doutorado. Embora a mobilidade aumente de forma constante com o nível educacional, os padrões de mobilidade no nível de doutorado diferem substancialmente dos níveis mais baixos do ensino superior, uma vez que alguns países são mais atraentes do que outros.

Estudantes internacionais de ensino superior estão prioritariamente nas áreas de ensino de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, bem como negócios, administração e direito. Cerca de um terço dos estudantes em mobilidade internacional nos países da OCDE estão matriculados nestas áreas de ensino, sendo: engenharia, fabricação e construção (17%); ciências naturais, matemática e estatística (10%); tecnologia da informação (6%); e mais de 28% estão matriculados em negócios, administração e direito. No nível de doutorado, os estudantes em mobilidade internacional representam 59% nessas áreas de ensino.

A circulação de estudantes é maior em alguns países do que outros, com destaque para os países de língua inglesa, como Austrália e Nova Zelândia, que servem como centros educacionais regionais e possuem mais de 18 estudantes internacionais para cada 100 estudantes nacionais em casa e no exterior.

Vários pequenos líderes da inovação também apresentam bons resultados para atrair talentos: a Áustria (18%), Bélgica (12%), Luxemburgo (22%) e Suíça (20%). Alguns países da Europa Oriental (Estônia, Letônia, Lituânia e República Eslovaca) estão menos integrados nas redes de mobilidade, no entanto, e estão experimentando uma maior mobilidade externa visto que possuem mais estudantes nacionais estudando no exterior do que estudantes internacionais que estudam em seus países.

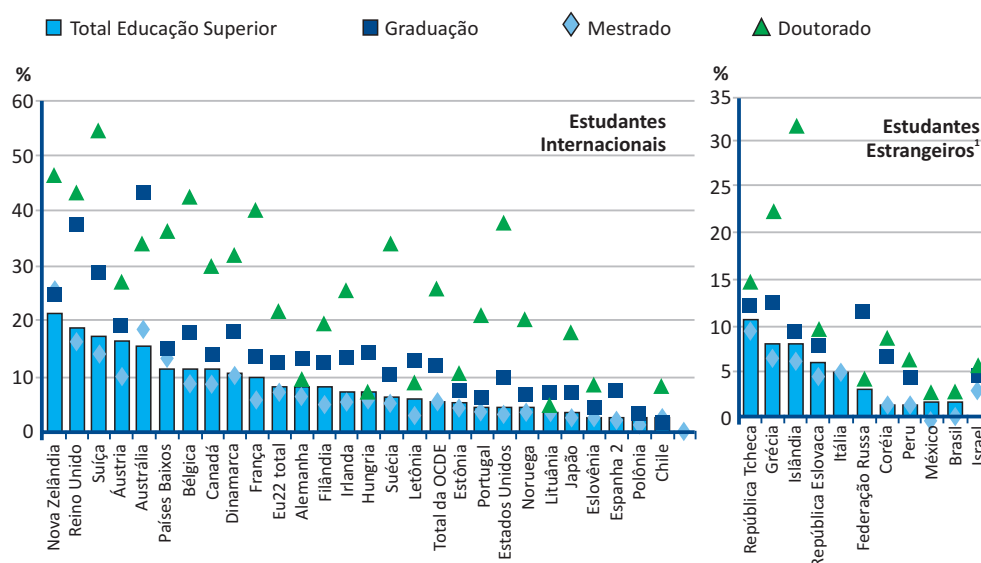
### Estudantes internacionais x estudantes estrangeiros

Estudantes internacionais são aqueles que deixaram seu país de origem e se mudaram para outro país com a finalidade de estudo.

Estudantes estrangeiros são aqueles que não são cidadãos do país em que estão matriculados e onde os dados são coletados. Embora sejam contados na mobilidade internacionalmente, eles podem ser residentes de longo prazo ou mesmo nascer no país “anfitrião”. Em geral, estudantes internacionais são um subconjunto de estudantes estrangeiros.

Os maiores países anfitriões são as economias avançadas de língua inglesa: os Estados Unidos (30% do total de estudantes internacionais na área da OCDE), Reino Unido (14%) e Austrália (10%). No entanto, a França, a Alemanha e a Federação Russa também atraem números significativos de estudantes. A maioria dos estudantes em mobilidade internacional nos países da OCDE origina-se da China (20%), seguida por Índia (7%), Alemanha (4%), Coreia, França e Arábia Saudita (variando entre 2-3%).

Apenas 0,5% dos estudantes brasileiros de educação superior estão matriculados no exterior, em comparação com a média da OCDE, de 6%. O Brasil está entre os países com menor número de alunos estrangeiros na educação superior, com 0,2% de estrangeiros na matrícula total da educação superior e 2,4% no doutorado.



**GRÁFICO 5** Percentual de matrículas de estudantes internacionais ou estrangeiros por nível de ensino na educação superior – 2015

Notas: Luxemburgo (25,5% no nível de bacharelado, 71,1% no nível de mestrado e 87% no nível de doutorado) é um valor atípico e não é apresentado na figura.

1. Estudantes estrangeiros são definidos de acordo o país de cidadania do estudante. Em geral, os estudantes internacionais são um subconjunto de estudantes estrangeiros. Os dados sobre estudantes estrangeiros não são comparáveis aos dados sobre estudantes internacionais e, portanto, são apresentados separadamente na figura.
2. O ensino superior total exclui os estudantes de doutorado.

Fonte: OECD (2017) Education at a Glance



## **CAPÍTULO D**

# **O ambiente de aprendizado e organização escolar**



### **TAMANHO MÉDIO DAS TURMAS**

---

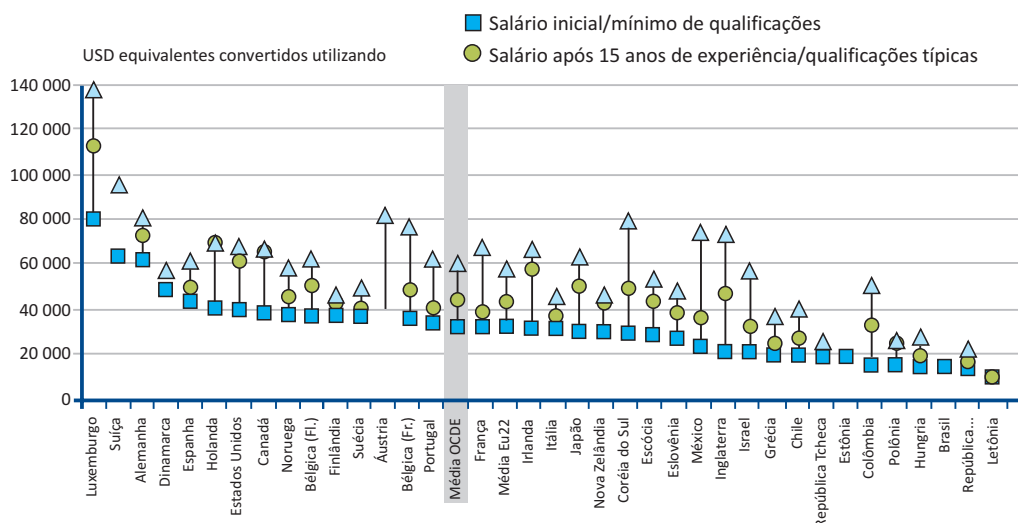
A média do tamanho da turma não difere entre instituições públicas e privadas por mais de dois alunos nos anos iniciais e finais do ensino fundamental na maioria dos países da OCDE. No entanto, a Brasil juntamente com os países da República Tcheca, Colômbia, Polônia, Rússia, Letônia e Turquia apresentam diferenças marcantes no tamanho das turmas entre as instituições privadas e públicas. No Brasil, as instituições públicas de anos iniciais do ensino fundamental apresentam na média mais que cinco alunos em comparação com as instituições privadas.

Na média dos países da OCDE, o tamanho da turma diminuiu, entre 2005 a 2015, nos iniciais e finais do ensino fundamental, - 1,44% e -4,66%, respectivamente. O Brasil, em 2015, teve um decréscimo de -7,86% nos anos iniciais do ensino fundamental e -15,18% nos anos finais em comparação com 2005 .

### **SALÁRIO DOS PROFESSORES**

---

No Brasil, com base nas qualificações mínimas, um professor estatutário inicia com o salário de USD 13.000,00 para a educação básica, o valor é baixo se comparado às médias dos países da OCDE, onde superam USD 30.000,00, e também está muito abaixo dos outros países latino-americanos, como o Chile, a Colômbia e o México. Os salários estatutários não levam em conta bônus e subsídios, assim os salários reais podem variar amplamente, dependendo do nível de educação, do tipo de instituição e até mesmo da área geográfica no Brasil. Os salários podem esclarecer a atratividade da profissão.



**GRÁFICO 6** Salários estatutários dos professores dos anos finais do ensino fundamental em diferentes pontos das suas carreiras (2015)

1. Salários atuais.
2. Salários no topo da escala e qualificações típicas, em vez das qualificações máximas.
3. Salários no topo da escala e qualificações mínimas, em vez de qualificações máximas.
4. Inclui a média de bonificações fixas para horários extras.

Os países e as economias são classificados em ordem decrescente de salários iniciais para professores de anos finais do ensino fundamental com qualificações mínimas.

Fonte: OCDE (2017), Tabela D3.1a, Tabelas D3.1b e D3.6, disponíveis online. Consulte a seção de Fontes para mais informações e Anexo 3 para notas ([www.oecd.org/education/education-at-a-glance-19991487.htm](http://www.oecd.org/education/education-at-a-glance-19991487.htm)).

## TEMPO DE ENSINO DOS DOCENTES

Em adição aos salários baixos e tamanhos das turmas, os professores do Brasil são responsáveis por maior número de turmas em comparação com os países da OCDE, sugerindo que gastam mais tempo de ensino. Nos anos iniciais do ensino fundamental, o Brasil tem em torno de um professor por turma e 1,2 professores por turmas nos anos finais do ensino fundamental. As médias OCDE são 1,5 professores nos anos iniciais e 2 nos anos finais. Os professores no Brasil podem ter menos oportunidades de alocar tempo para atividades não-docentes, como a preparação de aulas e a colaboração com outros professores ou alunos de tutoria que estão atrasados.





